

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.567.185 - SP (2019/0245021-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : BLUE BIRD PARTICIPACOES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
AGRAVANTE : GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
AGRAVANTE : TUDO BEM TUDO BOM COMERCIO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
AGRAVANTE : OASIS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : RENATO LUIZ DE MACEDO MANGE - SP035585
EDUARDO FOZ MANGE - SP222278
ANDREA VARELLA - SP371171
AGRAVADO : ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ECAD
ADVOGADOS : KARINA HELENA CALLAI - DF011620
RODRIGO KOPKE SALINAS - SP146814
LEO WOJDYSLAWSKI - SP206971
ADVOGADA : ROSÂNGELA MARIA OLIVEIRA LOIOLA - DF026550

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, interposto por ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO - ECAD, fundado no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 406):

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Impugnação de crédito. Direitos autorais. Crédito oriundo de contrato de autorização de uso de obras musicais em estabelecimentos comerciais. Decisão que mandou incluir o respectivo montante na classe dos quirografários. Verba, contudo, que tem caráter alimentar, uma vez que se presta a remunerar os autores pelo trabalho intelectual desenvolvido. Cobrança das verbas pelo ECAD que decorre de imposição legal (art. 99 da Lei 9.610/98) e cuja estrutura se volta a beneficiar os titulares dos direitos autorais, a quem o produto arrecadado é, ao final, distribuído. Crédito que deve ser incluído na classe trabalhista. Decisão revista. Recurso provido.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados às fls. 452/458.

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 1.022 do

CPC/15; 2º e 3º da CLT e 41 da Lei 11.101/05. Para tanto, sustenta, além da negativa de prestação jurisdicional, em síntese, que: *"não há como se sustentar que pessoas jurídicas representadas por associações, que são representadas pelo recorrido ECAD tenham relação de emprego com as recuperandas, a ensejar a reclassificação do seu suposto crédito como trabalhista"* - (fl. 440).

É o relatório.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia relativa ao enquadramento do crédito como de natureza trabalhista, conforme se denota do trecho dos aclaratórios a seguir (fls. 454/456):

De início, assente-se que o acórdão cuidou de, extensamente, analisar a natureza alimentar do crédito do agravante.

Verificou-se a existência de precedente semelhante ao caso presente, proferido pela 1ª Câmara Reservada, no qual se incluiu o crédito devido ao ECAD na categoria trabalhista, e analisaram-se, também, precedentes do Tribunal que reconheceram a impenhorabilidade da referida verba, justamente, pelo fim a que se destinam, isto é, remunerar o trabalho artístico exercido pelos músicos.

Igualmente no acórdão não se descurou da consideração de que não se está diante de típica relação de emprego, com os traços que lhe são inerentes. Ainda assim, veja-se, se reputou possível o enquadramento da verba na categoria trabalhista, traçando-se paralelo, então, com os honorários devidos aos advogados, também de nítida natureza alimentar. Conforme no acórdão se analisou:

(...)

Destarte, não se entende havida omissão ou afronta ao teor dos dispositivos legais colacionados pelas embargantes.

Afinal, a ausência de típica relação de emprego foi expressamente examinada no decisor, não tendo o condão de infirmar a inclusão do crédito na classe trabalhista. E isso, como no acórdão se pontuou, por conta da específica natureza do crédito devido pelo

agravante, de nítido caráter alimentar.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

No tocante à natureza do crédito referente aos direitos autorais, a Corte de origem o equiparou ao alimentar por compreender que *"a arrecadação se faz, malgrado pelo meio associativo, mas com o escopo de destinar os valores recebidos, por isso de natureza alimentar, aos efetivos titulares do que são direitos autorais"* - (fl. 417), acentuando que o mecanismo de repasse das verbas às associações *"não afeta a destinação ou distribuição de caráter ainda alimentar a seus associados e destinatários finais dos direitos que, afinal, são dos autores"* - (fl. 414).

Ocorre que a parte recorrente não impugnou a fundamentação acima, autônoma e suficiente à manutenção do aresto hostilizado, a qual permaneceu incólume. Dessa forma, incide, na espécie, o óbice da Súmula 283 do STF, segundo a qual "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles". Veja-se:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. APELAÇÃO DESERTA. ARTS. 158 e 511, § 2º, DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS Nº 211/STJ E Nº 282/STF. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA Nº 283/STF. COMPROVAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO ESBULHO E HONORÁRIOS EXORBITANTES. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não conhecimento da pretensão recursal - Súmula nº 283/STF.

(...)

5. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 595.189/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 27/11/2014). - grifou-se

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE DECLAROU PRECLUSO O PEDIDO DE INCLUSÃO DA CEF NO POLO PASSIVO. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL E DE SÚMULA. DESCABIMENTO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF

1. Ação de indenização e compensação - respectivamente - por danos materiais e morais.

2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a", da CF/88.

3. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado - quando suficiente para a manutenção de suas conclusões - impede a apreciação do recurso especial.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1822985/MS, Rel. Ministra **NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2019, DJe 20/11/2019) - grifou-se.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator